

abrigo das disposições do n.º 2 do artigo 46.º do Código do Procedimento Administrativo»; e

Onde se lê «3. Nos termos do n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo» deve ler-se «3. Nos termos do n.º 3 do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo».

10 de novembro de 2015. — O Comandante do Comando Operacional, *Luís Francisco Botelho Miguel*, Major-general.

209160617

Despacho n.º 14803/2015

1 — De acordo com a faculdade conferida pelo n.º 4 do Despacho n.º 13496-A/2015, de 18 de novembro de 2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 229, de 23 de novembro de 2015, e nos termos dos artigos 44.º a 50.º e 164.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, subdelego no Comandante do Comando da Administração dos Recursos Internos, da Guarda Nacional Republicana, Major-General Carlos Alberto Baía Afonso, sem possibilidade de subdelegar, a competência para autorizar a celebração e renovação de contratos de prestação de serviços nas modalidades de contrato de tarefa e de avença, nos termos da lei aplicável e dentro dos limites previstos e autorizados na correspondente dotação orçamental.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir da sua assinatura, ficando ratificados todos os atos que, no âmbito dos poderes ora subdelegados, tenham sido praticados pelo Comandante do Comando da Administração dos Recursos Internos, da Guarda Nacional Republicana, Major-General Carlos Alberto Baía Afonso, desde 30 de outubro de 2015.

24 de novembro de 2015. — O Comandante-Geral, *Manuel Mateus Costa da Silva Couto*, Tenente-General.

209159549

Despacho n.º 14804/2015

1 — De acordo com a faculdade conferida pelo n.º 4 do Despacho n.º 13496-A/2015, de 18 de novembro de 2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 229, de 23 de novembro de 2015, e nos termos dos artigos 44.º a 50.º e 164.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, subdelego no 2.º Comandante-Geral, da Guarda Nacional Republicana, Major-General Luís Filipe Tavares Nunes, sem possibilidade de subdelegar, a competência para aposição de vistos e encaminhamento para a Chancelaria das Ordens Honoríficas Portuguesas dos pedidos de autorização para aceitação de condecorações estrangeiras dos militares da Guarda Nacional Republicana.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir da sua assinatura, ficando ratificados todos os atos que, no âmbito dos poderes ora subdelegados, tenham sido praticados pelo 2.º Comandante-Geral, da Guarda Nacional Republicana, Major-General Luís Filipe Tavares Nunes, desde 30 de outubro de 2015.

24 de novembro de 2015. — O Comandante-Geral, *Manuel Mateus Costa da Silva Couto*, Tenente-General.

209159443

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P.

Deliberação (extrato) n.º 2266/2015

Torna-se público que, nos termos dos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, e por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. (INMLCF, I. P.), em sessão de 5 de novembro de 2015:

Doutora Helena Maria Sousa Ferreira Teixeira, especialista superior de 1.ª classe de medicina legal — designada para o cargo de Diretor do Departamento de Investigação, Formação e Documentação do INMLCF, I. P., nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 166/2012, de 31 de julho, em comissão de serviço, com efeitos a 5 de novembro de 2015, pelo período de três anos, após procedimento concursal, em concordância com a proposta apresentada pelo júri do respetivo procedimento, por reunir os requisitos legais necessários e se considerar ser possuidora do perfil pretendido para o exercício do cargo posto a concurso, conforme decorre do respetivo currículo académico

e profissional. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

23 de novembro de 2015. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, *Isabel Santos*.

Nota Curricular

Carreira académica e de formação:

Licenciatura em Ciências Farmacêuticas, Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra.

Mestrado em Patologia Experimental, Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Curso Superior de Medicina Legal, pelo Instituto Nacional de Medicina Legal.

Doutoramento em Ciências Biomédicas, Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra

Curso FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, INA, I. P.

Atividade profissional:

Especialista Superior de Medicina Legal do quadro da Delegação do Centro do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P., desde fevereiro de 2001.

Secretária do Conselho Médico-Legal do INMLCF, I. P., de fevereiro de 2002 a junho de 2003.

Diretora do Serviço de Toxicologia Forense da Delegação do Norte do INMLCF, I. P., de 2 de maio de 2009 a 30 de novembro de 2012.

Diretora do Departamento de Investigação, Formação e Documentação do INMLCF, I. P., em regime de substituição, a partir de 1 de abril de 2014.

Representante Portuguesa a nível internacional da “The International Association of Forensic Toxicologists”, desde janeiro de 2004; Membro do Comité Internacional da “TIAFT Young Scientists”, desde junho de 2007 e do Conselho de Assesores da Sociedade Brasileira de Ciências Forenses, desde junho de 2013.

Professora Auxiliar convidada da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra desde agosto de 2009.

Organização de reuniões científicas e atividade de investigação:

Presidente do 51st International Meeting of TIAFT (Madeira, 2013), Presidente da 1.ª Reunião de Toxicologistas Forenses de Língua Portuguesa e Espanhola (Madeira, 2013) e Presidente da 2nd Forensic Toxicology Meeting of Spanish & Portuguese Language — Las Nuevas Drogas Psicoactivas/ As Novas Drogas Psicoactivas (Argentina, 2014)

Secretária Adjunta da Comissão de Organização dos congressos “IAFS/WPMO/MAFS 2011”

Membro do Comité de Organização de 22 reuniões científicas/cursos/seminários: “XIVas Jornadas Internacionais Mediterrânicas de Medicina Legal”, “I Encontro de Serviços de Toxicologia Forense”, “III Mediterranean Academy of Forensic Sciences Congress, V Latin-American Congress of Medical Law & III Iberian Congress of Legal Medicine”, “46th meeting of TIAFT — XVIeme Congres de la Société Française de Toxicologie Analytique — Annual meeting of the Society of Hair Testing (SOFT)”, “XXI Congress of The International Academy of Legal Medicine”, “48th Annual Meeting of TIAFT & Joint Meeting With The Society Of Toxicological And Forensic Chemistry”, “7.º Curso De Atualização Em Ciências Forenses Para Peritos Médico-Legais”, “Curso Teórico-Prático Especializado De Toxicologia Forense — Percurso Laboratorial”, “9.º Congresso Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses”, “Curso Pré-Congresso do 9.º Congresso Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses”, “Curso de Atualização em Medicina Legal e outras Ciências Forenses para Peritos Médico-Legais”, “I Conferência do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses”, “1.ª Reunião Nacional do Internato Médico de Medicina Legal”, “52nd Annual Meeting of the International Association of Forensic Toxicologists”, Seminário “E se a escola do namoro formasse profissionais em violência?”, “IV Workshop — Perícias Médico-Legais em Antropologia Forense”, “NA AUTOESTRADA DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: Mendeley, uma solução à distância de um clique!”, “I workshop “Acesso aos registos clínicos na posse das unidades de saúde do ministério da saúde”, “Encontro médico jurídico — I workshop temático INMLCF, I. P. & SPOT/ II Encontro do grupo de estudo médico legal da SPOT: “A lombalgia e o conflito médico-legal”, “1.º Curso avançado para peritos médico-legais”, “1.º Curso de formação para técnicos de tanatologia”, “Curso avançado em avaliação do dano pós-traumático”,

Fez parte integrante de 2 projetos de investigação: Estudo Europeu de Farmacovigilância, “Acute Pancreatitis case-control Study” (projecto BIOMED II), promovido pelo EPRG — European Pharmacovigilance

Research Group e integrou o projeto DRUID, projeto organizado pela Comissão Europeia

Atividade científica:

Autora ou co-autora mais de 60 trabalhos (sob a forma de artigo completo, sob a forma de resumo ou sob a forma de capítulo de livro); Autora ou coautora de mais de 120 trabalhos apresentados em reuniões científicas nacionais e internacionais sob a forma de poster, mais de 70 comunicações (orais e conferências), tendo participado em mais de 110 reuniões científicas;

Responsável pelo processo “Referring” de artigos submetidos a publicação em revistas científicas internacionais: *Forensic Science International; Human & Experimental Toxicology, Clinical Chemistry, Journal of Pharmaceutical and Biomedical Analysis; Rapid Communications of Mass Spectrometry e Toxicology;*

Guest Editor de 2 revistas internacionais: *Forensic Science International & Journal of Analytical and Bioanalytical Chemistry.*

Orientadora e co-orientadora de trabalhos de Mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses da FMUC, de mestrados integrados da FMUC e da FCTUC; Orientadora de tese de Doutoramento da FMUP;

Recebeu três prémios de melhor comunicação científica (2 internacionais e 1 nacional).

209156868

Deliberação (extrato) n.º 2267/2015

Torna-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. (INMLCF, I. P.), em sessão de 17 de julho de 2014:

Lic. Maria Amélia Angélico Choupina Ferreira da Mota, técnica superior — designada, em regime de substituição, com efeitos a partir de 5 de setembro de 2014, para o cargo de Chefe da Divisão de Recursos Humanos do INMLCF, I. P., nos termos do disposto no artigo 27.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, e da alínea b) do n.º 1 da Deliberação n.º 1217/2014, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 109, de 6 de junho, na observância dos requisitos legais exigidos para o provimento no cargo, e considerando o preenchimento do respetivo condicionalismo legal e a detenção do perfil, experiência e aptidão técnica necessários para o exercício das funções inerentes ao referido cargo, conforme síntese curricular anexa. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas)

23 de novembro de 2015. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, *Isabel Santos*.

Nota Curricular

Dados pessoais:

Maria Amélia Angélico Choupina, nascida em 17 de outubro de 1967, natural de Macedo de Cavaleiros.

Habilitações académicas:

Ano letivo 1997/1998, Pós-Graduação em Direito Penal, Económico e Europeu, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; julho 1994, Licenciatura em Direito (pré-Bolonha), Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Habilitações profissionais:

Fevereiro de 1998, Certificado de Aptidão Profissional para o exercício da advocacia; novembro de 2000, Certificado de Aptidão Pedagógica de Formador.

Experiência profissional:

Janeiro 2010 a setembro 2014, Funções de Assessoria Jurídica no Gabinete Técnico de Apoio da Universidade de Coimbra; dezembro 2008 a dezembro de 2009, Funções de Assessoria Jurídica na Divisão de Recursos Humanos da Universidade de Coimbra; junho 2002 a dezembro 2008, funções de coordenação da Secção de Pessoal e Vencimentos da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra; setembro de 1997 a maio de 2002, Funções de Assessoria Jurídica no Conselho Científico da Faculdade de Medicina; setembro de 1999 a setembro de 2002, Funções de Assessoria Jurídica no Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública, em Coimbra; 1997 a 2007 Advocacia.

Formação profissional relevante:

O Novo Código do Procedimento Administrativo Para Juristas; TE-AMBUILDING; O Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho Na Administração Pública; Sensibilização para o RJIES; LVCR e SIADAP: Planeamento e Orçamentação de Recursos Humanos; Construção

do Plano e Relatório de Atividades em Articulação com o SIADAP; A Tramitação do Procedimento Concursal; A Reforma da Administração Pública; Os Novos Regimes de Vinculação, Carreiras e Remunerações na Administração Pública; O Contrato Individual de Trabalho; O Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas; O Novo Regime de Revogação do Contrato de Trabalho; A Articulação entre o BSC e o Novo SIADAP; O Novo Código dos Contratos Públicos; O Contrato Individual de Trabalho; A Formação e o Novo Código do Trabalho; Recrutamento e Seleção de Pessoal Dirigente na Administração Central; Férias, Faltas e Outras Ausências dos Trabalhadores e a Sua Correta Contabilização; O Contrato Individual de Trabalho na Administração Pública; A Implementação do SIADAP no INA; Contencioso Administrativo; Regime de Incompatibilidades; O Estatuto do Pessoal Docente Universitário; Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho; A Atividade Autárquica Municipal; Contabilidade; Fiscalidade; Excel; Word; Windows; MS-DOS.

209156924

Deliberação (extrato) n.º 2268/2015

Torna-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. (INMLCF, I. P.), em sessão de 7 de julho de 2015:

Lic. Sandra Maria Fernandes Rodrigues de Pão Alves Pereira, técnica superior — designada, em regime de substituição, com efeitos a partir de 16 de julho de 2015, para o cargo de Chefe do Gabinete de Administração da Delegação do Norte do INMLCF, I. P., nos termos do disposto no artigo 27.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, e da alínea a) do n.º 3 da Deliberação n.º 1217/2014, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 109, de 6 de junho, na observância dos requisitos legais exigidos para o provimento no cargo, e considerando o preenchimento do respetivo condicionalismo legal e a detenção do perfil, experiência e aptidão técnica necessários para o exercício das funções inerentes ao referido cargo, conforme síntese curricular anexa. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas)

23 de novembro de 2015. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, *Isabel Santos*.

Nota Curricular

Dados Pessoais:

Nome: Sandra Maria Fernandes Rodrigues de Pão Alves Pereira
Data de nascimento: 20 de agosto de 1973
Naturalidade: Machico — Madeira

Formação Académica:

1997 — Licenciatura em Direito
2000 — Curso Superior de Medicina Legal

Atividade profissional mais relevante:

Responsável pela coordenação da unidade de recursos humanos da Delegação do Norte do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P., desde 1 de janeiro de 2006.

Técnica superior a exercer funções na unidade de recursos humanos da Delegação do Norte do então Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., desde 18 de dezembro de 2003 (data de ingresso na carreira).

Apoio jurídico, em regime de prestação de serviço, no então Instituto de Medicina Legal do Porto, de 1 de outubro de 1999 até 31 de agosto de 2000.

Estágio profissional, em contexto real de trabalho, na função de Técnica Superior — Área Jurídica no então Instituto de Medicina Legal do Porto que decorreu de 1 de setembro de 1998 a 31 de agosto de 1999.

Formação profissional:

Participação em várias ações de formação das quais se destacam: A Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas e as limitações da LOE 2015. (fevereiro de 2015)

Regime de férias, faltas e Licenças: atualizado no âmbito da Lei Geral do trabalho em Funções Públicas aprovado. (julho de 2014)

Processamento de suplementos remuneratórios e outros abonos. (outubro de 2012)

Reduções remuneratórias face à nova Legislação para a Administração Pública Central e Local. (fevereiro de 2011)

Tramitação do Procedimento Concursal de Pessoal na Administração Pública. (janeiro de 2010)

O regime do contrato de trabalho em funções públicas (Lei 59/2008). (março de 2009)

Os Regimes de Vinculação, Carreiras e Remunerações dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas. (julho de 2008)